

*Temas Livres*

# A oposição “escorpião”: cooptação e fragmentação da oposição venezuelana na eleição dos governadores (2021)

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.3.10>

 José Guillermo Pérez-Camacho

Sociólogo da Universidade Central de Venezuela (UCV). Mestre em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: [joseguillerpe@gmail.com](mailto:joseguillerpe@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5707-6933>

225

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar a estratégia de cooptação e fragmentação da oposição venezuelana realizada pelo governo do presidente venezuelano Nicolás Maduro assim como seus efeitos eleitorais. Embora a cooptação não seja uma estratégia nova e inclusive ela seja típica de autoritarismos eleitorais, como o venezuelano, ganhou relevância nos últimos anos devido ao surgimento de um grupo de opositores cooptados, popularmente chamados de “alacranes” (escorpiões). O papel dessa oposição cooptada ajuda a explicar como o governo venezuelano, apesar de seus baixos índices de popularidade, é capaz de vencer as eleições no país. Para estudar o efeito eleitoral que tem a oposição cooptada, o presente trabalho analisa estatisticamente as eleições de governadores de 2021 na Venezuela. A conclusão da análise é que existe uma correlação estatisticamente significativa entre a perda de votos da oposição tradicional (chamada a MUD) e a presença da oposição cooptada (os “escorpiões”).

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooptação; Venezuela; Autoritarismo eleitoral.

Recebido em: 02/06/2023

Aprovado em: 23/04/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

## 1 Introdução

O objetivo deste artigo é analisar as mudanças no sistema político venezuelano após a aparição de um grupo de oposição cooptado ou suspeita de ter sido cooptado pelo governo Maduro, que é popularmente conhecido como *alacranes* (escorpiões em português), bem como estudar os efeitos preliminares que esta estratégia gerou no voto da oposição e na participação eleitoral dos cidadãos, tomando como exemplo as eleições venezuelanas mais recentes, dos governadores regionais realizadas em outubro de 2021. A ideia é mostrar, através do caso venezuelano, como a cooptação da oposição pelos incumbentes é uma estratégia eficaz para dispersar o voto dos adversários e ganhar eleições, apesar da perda de competitividade do partido governista. Para isso, fazemos uma análise de correlação entre a porcentagem de votos recebidos pela oposição (agrupada na Mesa da Unidade Democrática, MUD) e pela aliança de legendas do governo reunidas em torno do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), e os comparamos com a categoria “Outros Candidatos”, para determinar se eles perdem votos para esse terceiro grupo. Os resultados mostram que enquanto os “Outros Candidatos” não têm efeito sobre a porcentagem de votos obtidos pelo PSUV, há uma relação significativa e negativa entre a porcentagem obtida por “Outros Candidatos” e aqueles recebidos pela MUD. Em outras palavras, os “Outros Candidatos” restam votos exclusivamente à oposição, sem afetar o partido do governo.

226

O atual regime venezuelano é geralmente caracterizado como um exemplo de autoritarismo eleitoral (Schedler, 2016). Nesses regimes são realizadas eleições multipartidárias regularmente, mas em condições claramente desfavoráveis que impedem a transferência de poder para a oposição. Embora a Venezuela venha perdendo qualidade democrática desde que Hugo Chávez se tornou presidente em 1998<sup>1</sup> (Kornblith, 2007; León-Ganatios, 2010; Levine; Molina, 2012), a chegada de Maduro marcou uma radicalização do processo de *democratic backsliding*<sup>2</sup> (Corrales, 2020). As principais instituições que avaliam o desempenho da democracia em nível global (Freedom House, The Economist, V-Dem, Polity IV) apontam para um marcante processo de deterioração que tem suas origens no governo de Maduro, o sucessor designado por Chávez para substituí-lo devido a sua doença e eventual morte.

Essa deterioração se expressa principalmente no uso mais generalizado e evidente de uma série de táticas pela coalizão governante para evitar resultados eleitorais desfavoráveis que poderiam ser entendidos como um questionamento da sua legitimidade<sup>3</sup>. Essas técnicas variam desde o uso ilimitado de recursos estatais em campanhas eleitorais até processos judiciais falhos para desqualificar a participação dos líderes mais proeminentes da oposição (Corrales, 2020). Entretanto, uma estratégia

---

<sup>1</sup> Essa perda de qualidade democrática é resultado do colapso do sistema partidário venezuelano na década de 1990, que deixou as principais legendas do país em um estado de extrema fraqueza. (Corrales, 2022).

<sup>2</sup> *Democratic backsliding* é o conceito que os acadêmicos (Waldner; Lust, 2018; Wolkenstein, 2022) estão usando com maior frequência para se referir ao processo de perda de competitividade ou retrocesso que acontece no interior da própria democracia, em que os incumbentes subvertem as instituições democráticas através delas mesmas, sem que exista um evento específico (exemplo, um golpe de estado) que explique a transição entre o regime democrático e outro autoritário.

<sup>3</sup> É importante notar que muitas dessas táticas foram utilizadas, embora de forma menos ampla, durante o governo Chávez, portanto, a verdadeira diferença está na intensidade e recorrência com que Maduro as utilizou durante seu mandato. Sobre como essas irregularidades estão presentes desde o período de Chávez ver: Corrales, (2015, 2020).

em particular vem ganhando relevância no cenário político venezuelano: a cooptação de opositores e a intervenção judicial nos partidos políticos com o objetivo de dividir a oposição do país.

No atual contexto venezuelano, os opositores que foram cooptados ou são suspeitos de serem cooptados, são conhecidos como *alacranes*, uma forma de se referir aos escorpiões no país. É importante salientar que não é possível provar que todos os partidos ou líderes políticos geralmente acusados foram de fato cooptados pelo governo, mas no final isso não é importante; o que é importante é que a possibilidade de ter sido cooptado tem os mesmos efeitos de desconfiança mútua que foi instalada entre eleitores e líderes políticos, e inclusive no interior dos próprios partidos da oposição, e que é usada pelo Maduro para dividir seus contendentes.

A expressão de *alacranes* se generalizou após o conflito político entre Juan Guaidó (o chamado presidente encarregado)<sup>4</sup> e membros dissidentes da oposição no parlamento venezuelano que, de acordo com informações vazadas na imprensa nacional (Efecto Cocuyo, 2019) haviam chegado a um pacto com o governo Maduro para impedir a ratificação de Guaidó em sua posição de presidente do parlamento venezuelano. Além desse evento específico, o surgimento desse grupo de “*alacranes*” opositores gerou uma divisão dentro da aliança de oposição, que teve vários efeitos sobre a participação eleitoral na Venezuela. Nas duas eleições seguintes realizadas no país, eleições parlamentares em 2020 e eleições regionais em 2021, a fragmentação e a falta de coordenação (Jiménez, 2021) entre partidos políticos e líderes venezuelanos tem sido um fator importante no complexo ambiente eleitoral e político venezuelano.

Nesse sentido, a fim de compreender a nova dinâmica intrapartidária na Venezuela, o presente artigo procede da seguinte forma: em primeiro lugar, apresenta a metodologia usada para testar a eficácia da cooptação como estratégia para ganhar eleições; em segundo lugar, fornece um breve panorama do conceito de autoritarismo eleitoral, focalizando os dilemas enfrentados por esses regimes e que explicam o uso da cooptação como estratégia política; a seção seguinte oferece uma perspectiva histórica do caso venezuelano, descrevendo as principais características do regime eleitoral autoritário da Venezuela, ressaltando a atual conjuntura histórica e o surgimento da oposição “*alacrán*”; na quarta seção, os resultados das eleições regionais são analisados a fim de determinar alguns efeitos relevantes (porém preliminares) sobre a oposição, como resultado da existência desse “novo” grupo político. Finalmente, o texto se encerra trazendo algumas considerações sobre os resultados das eleições e, conjuntamente, algumas reflexões acadêmicas.

---

<sup>4</sup> No início de 2019, e após uma eleição presidencial considerada fraudulenta pela oposição e pela comunidade internacional em meados de 2018, o novo presidente da Assembleia Nacional foi empossado como presidente em exercício da Venezuela, diante de um suposto vácuo de poder deixado por um presidente ilegítimo no cargo. Apesar de que, por todos os motivos, a designação de Juan Guaidó como presidente encarregado tinha o objetivo político eminente de buscar uma transição política no país, existe literatura considerável sobre os fundamentos constitucionais e legais que sustentam uma figura tão *sui generis*. Para mais informações sobre o assunto (que está além do escopo deste texto), ver Hernández (2020).

## 2 Metodologia

Para testar a eficácia da estratégia implementada pelo governo Maduro de cooptação e fragmentação do voto da oposição, o presente artigo fez uma análise de correlação de Spearman entre as porcentagens dos votos obtidas por três grupos diferentes: a aliança de legendas de oposição reunidas em torno à Mesa de Unidad Democrática (MUD), a aliança do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) e os Outros Candidatos. O objetivo da correlação foi verificar se a existência dos Outros Candidatos (entre os quais se encontram as legendas cooptadas) podia explicar a perda de votos da MUD, indo além da percepção subjetiva e anedótica dos políticos e observadores venezuelanos. Buscou também comparar o impacto dos Outros Candidatos na aliança de partidos do governo.

Em uma situação normal, os Outros Candidatos deveriam ou restar votos de igual forma dos dois outros grupos (MUD e PSUV), ou formar parte de um terceiro mercado eleitoral que não tenha efeitos significativos sobre os principais grupos contendentes. No entanto, como veremos, a estratégia do governo baseia-se em tomar posse de partidos de oposição, através intervenções judiciais, para criar alianças que concorrem pelo mesmo mercado eleitoral da oposição. O que explica, teoricamente, que a perda de votos afete apenas a oposição.

Os dados da porcentagem de votos das governações foram extraídos manualmente do site oficial do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, ordenados em uma planilha de Excel e posteriormente analisados com o programa estatístico R. Para garantir que a relação que existe entre o voto para Outros Candidatos e a perda porcentual de votos para a MUD não seja uma relação espúria, os resultados foram submetidos a uma análise de correlação da Spearman, usando o programa estatístico R. Escolheu-se a correlação de Spearman devido a características que a tornam adequada para este caso. Primeiro, ao contrário da correlação de Pierson, a correlação de Spearman não exige que a variável seja distribuída normalmente. Segundo, a correlação de Spearman é menos sensível a valores atípicos. Por fim, a correlação de Spearman avalia relações monotônicas, ou seja, variáveis que se movem na mesma direção, mas não necessariamente a uma taxa constante. Como o número de casos era pequeno, apenas 23 que correspondem ao número de governações em disputa, não era possível garantir que a variável de porcentagem de votos estivesse em conformidade com os princípios da correlação de Pierson. Em resumo, a correlação de Spearman é geralmente considerada a mais apropriada para um pequeno número de casos como os estudados nesta pesquisa. Além disso, é importante mencionar que a eleição de governadores foi escolhida por um motivo prático. Ela é a primeira eleição da qual a oposição participa desde que a cooptação e a intervenção judicial dos partidos políticos se tornaram a principal estratégia do governo de Maduro para dividir a oposição e garantir seu controle institucional no país.

O resultado do *rho da Spearman*, para a relação entre porcentagem de votos de Outros Candidatos e a porcentagem de votos da MUD, foi -0,83, com um p-valor de 1,843e-06, o que implica uma correlação entre forte a perfeita entre as duas variáveis. Em outras palavras, pode-se confirmar que existe uma relação real e significativa (além de negativa) entre a perda de votos da oposição venezuelana

e a existência de “Outros Candidatos”, perda de votos que, como veremos na seção de Resultados, afeta exclusivamente a oposição.

### 3 Marco teórico: os regimes autoritários eleitorais e seus dilemas

Nas últimas décadas, a literatura científica política tem mostrado um interesse crescente em compreender o funcionamento de regimes conhecidos como autoritarismos eleitorais ou autoritarismos competitivos (Levitsky; Way, 2010; Schedler, 2016), que se caracterizam por sua vontade de permitir que a arena eleitoral funcione em um contexto de desdemocratização (Tilly, 2007), *democratic backsliding* (Waldner; Lust, 2018) ou autoritarismo aberto. Os casos de Lukashenko na Belarus, de Erdogan na Turquia e de Maduro na Venezuela são frequentemente citados como exemplos representativos de tais regimes. Como Levitsky e Ziblatt (2018) apontam:

Desde o fim da Guerra Fria, a maioria das rupturas democráticas tem sido causada não por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. Como Chávez na Venezuela, os líderes eleitos subverteram as instituições democráticas na Geórgia, Hungria, Nicarágua, Peru, Filipinas, Polônia, Rússia, Sri Lanka, Turquia e Ucrânia. O recuo democrático hoje começa nas urnas (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 10, tradução nossa).

229

Segundo Schedler (2016), os regimes eleitorais autoritários são aqueles que:

[...] praticam o autoritarismo por trás das fachadas institucionais da democracia representativa. Eles realizam eleições multipartidárias regulares em nível nacional, mas violam sistemática e profundamente os padrões mínimos da democracia liberal (Schedler, 2016, p. 15, tradução nossa).

Em regimes autoritários competitivos, as eleições regulares continuam sendo uma arena de luta política, na qual vários atores tentam contestar sua legitimidade. Entretanto, ao contrário do que normalmente acontece nas democracias, as eleições em tais regimes perdem o elemento de incerteza (Przeworski, 1994; Schedler, 2016) que as caracteriza, uma vez que os incumbentes possuem os recursos para evitar resultados indesejáveis para suas coalizões políticas. Como aponta Przeworski (1994), o caráter incerto das eleições é um elemento constitutivo das verdadeiras democracias e princípio fundamental para que os atores políticos relevantes aceitem os resultados (nem sempre favoráveis) das eleições e continuem participando do jogo político. Entretanto, as autocracias eleitorais são alérgicas a incertezas políticas (Schedler, 2016). Isso tem uma base racional: os líderes políticos nas democracias facilitam seu deslocamento do poder através de mecanismos institucionais que garantem que eles simplesmente perderão seu emprego e podem até ser capazes de competir por ele novamente no futuro. Enquanto os líderes em regimes autocráticos não têm essas mesmas garantias institucionais,

de modo que os custos de sua saída do poder são muito mais altos e podem acabar no exílio, na prisão ou até mesmo na morte.

Mas, se regimes autoritários não inspiram a “adesão espontânea” (Przeworski, 1994) das forças políticas, como é que eles sobrevivem? Como Wintrobe (1998) argumenta, os autocratas acabam tendo apenas duas ferramentas para garantir sua sobrevivência diante das diversas ameaças políticas que enfrentam: a repressão e a distribuição de recursos para garantir a lealdade dos atores relevantes, ou seja, a cooptação. Também Gerschewski (2013), aponta a existência de uma tríade institucional como explicação da longevidade dos regimes autocráticos: legitimidade, repressão e cooptação. Contudo, a repressão pode ser cara (Kavasoglu, 2021) e nem sempre é a melhor estratégia em ambientes nos quais a coalizão governante está tentando manter a aparência de institucionalidade democrática e respeito ao Estado de direito, como é o caso da Venezuela. A repressão generalizada que viola os direitos humanos pode ser politicamente onerosa, estimulando a pressão internacional, incentivando sanções por órgãos supranacionais, ou motivando rupturas dentro das forças de segurança do Estado que não estão dispostas a reprimir a população indefinidamente. Muitos desses elementos estiveram presentes na história política venezuelana recente.

Em tais cenários, a cooptação surge como uma possibilidade atrativa para os incumbentes, que encontram nesta estratégia um mecanismo mais econômico para superar as ameaças políticas que enfrentam. Como Kavasoglu aponta, “a chave é que a cooptação pode substituir o uso dispendioso da repressão flagrante e outras formas de manipulação” (tradução nossa, 2021, p. 7). Uma conclusão compartilhada por Schedler (2016).

Portanto, podemos definir a cooptação como uma estratégia racional dos líderes, que visa dissipar as ameaças políticas que põem em risco sua estabilidade. A cooptação funciona através da inclusão (subordinada e gradual) de atores relevantes de fora da coalizão de poder (Selznick, 1948). Como estratégia, a cooptação é utilizada tanto em regimes democráticos quanto em autocracias para atrair atores horizontalmente (membros da elite) e verticalmente (externos à elite, por exemplo, líderes de movimentos sociais). Os trabalhos de Gandhi (2008, 2015) e Gandhi e Przeworski (2006) têm se mostrado frutíferos ao explicar e enfatizar a importância de instituições formalmente liberais (especialmente os parlamentos) em ambientes autocráticos. A conclusão de suas pesquisas é que:

[...] as instituições afetam a sobrevivência política dos autocratas porque sem elas, esses incumbentes não seriam capazes de cooptar oposição potencial e manter as coalizões necessárias para permanecer no poder enquanto os governantes que não precisam fazer concessões (Gandhi, 2008, p. 179, tradução nossa).

Os principais efeitos dessa estratégia são dois. Por um lado, evidentemente remove elementos importantes do grupo do contendente (*contender*)<sup>5</sup> que sempre tem maior dificuldade do que o incumbente para organizar a ação coletiva da sua coalizão. Mas, por outro lado, talvez o efeito mais

---

<sup>5</sup> Tomo o termo *contender* aqui no mesmo sentido que o termo *contender* é entendido na teoria da *política contenciosa* desenvolvida por McAdam; Tilly; Tarrow (2001).

prejudicial seja a fragmentação que gera dentro do campo que desafia o autocrata, minando através da desconfiança os esforços, que são sempre difíceis, para coordenar os vários interesses e grupos da oposição. Através da cooptação, “os incumbentes fazem mais do que simplesmente comprar políticos individuais da oposição; eles enfraquecem a oposição como um todo, induzindo sua fragmentação” (tradução nossa, Arriola; Devaro; Meng, 2021, p. 1358). Este é o efeito mais relevante e sobre o qual esse artigo se dedica.

#### **4 Contexto histórico: características gerais do regime eleitoral autoritário da Venezuela**

Como mencionado na introdução, a Venezuela governada por Nicolás Maduro tem sido frequentemente considerada um regime autoritário. Dado que o país mantém instituições formalmente liberais (como tribunais, eleições multipartidárias e parlamento), pode ser classificado como um caso típico de autoritarismo competitivo (Levitsky; Way 2010) ou um regime eleitoral autoritário (Schedler, 2016). Como outros regimes do mesmo tipo, as eleições na Venezuela são realizadas regularmente, no entanto, não obedecem aos princípios de ser livres e justas (Kornblith, 2007). A vontade demonstrada pela coalizão governista na Venezuela de reduzir a competitividade através de ações arbitrarias, ou da exploração dos recursos estatais para desequilibrar a competição eleitoral, limita as perspectivas democráticas no país. Em resumo, em cada eleição o governo venezuelano faz uso de várias estratégias para garantir que os resultados eleitorais sejam favoráveis a ele.

O sistema político venezuelano está dividido em dois grandes blocos: o partido governista, chamado Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), e um bloco de oposição que passou por várias tentativas de se agrupar em torno de uma única plataforma para contrabalançar o peso eleitoral do PSUV. Até agora, a tentativa mais bem-sucedida da oposição foi a construção da Mesa de la Unidad Democrática (MUD), uma coligação de partidos que nasceu em 2008 (Gómez, 2019), com o qual a oposição venezuelana obteve sua maior votação nas eleições parlamentares de 2015, ganhando dois terços do parlamento unicameral venezuelano, a Assembleia Nacional.

A MUD reúne os principais partidos da oposição; entretanto, dentro dela há quatro que são conhecidos popularmente como “G4”, e que, devido à sua importância, são os principais responsáveis pela liderança da aliança da oposição. Esses partidos são: Primero Justicia (PJ), Acción Democrática (AD), Un Nuevo Tiempo (UNT) e Voluntad Popular (VP) (Meza, 2015). Têm destaque graças ao seu peso eleitoral, ao tamanho de suas máquinas e à importância de sua liderança. No entanto, dentro da MUD há outras formações políticas que, sem ter a mesma relevância eleitoral, se destacam por seu significado histórico, sua capacidade de mobilizar votantes em regiões específicas ou pelo reconhecimento nacional de seus líderes, exemplos relevantes são o Comitê de Organização Política Eleitoral Independiente (COPEI), a Causa Radical (LCR) e Vente Venezuela (VV, liderada por María Corina Machado, talvez a única líder conservadora do espectro político venezuelano).

Por sua vez, o Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) também nasceu em 2008 e foi formado a partir da plataforma eleitoral Movimiento Quinta República (MVR), que foi a primeira utilizada por Chávez para se tornar presidente em 1998. A criação do PSUV foi uma tentativa de unir todas as forças que apoiaram Chávez em um único partido. Ela foi apenas moderadamente bem-sucedida, pois importantes siglas como Por la Democracia Social (PODEMOS), Patria Para Todos (PPT) e o Partido Comunista da Venezuela (PCV) (os três partidos com maior peso eleitoral no bloco pró-governamental após o MVR), decidiram não aderir, embora isso lhes custasse a perda de parte de sua militância.

Para cada eleição, o PSUV geralmente organiza as siglas aliadas em torno de uma plataforma conhecida como Gran Polo Patriótico (GPP), que, além do próprio PSUV, inclui muitos partidos menores, mas de relevância regional, como o PCV acima mencionado, PODEMOS, PPT e outros. Devido a sua extensa gestão de recursos, o PSUV é o líder indiscutível do GPP e é frequentemente acusado de hegemonizar as decisões dentro dele (Lugo, 2016).

Embora não seja fácil encontrar informações oficiais sobre as formações estáveis de ambas as alianças (que podem variar significativamente de uma eleição para outra), o quadro seguinte (Quadro 1) representa o estado das alianças para 2015, que foi o melhor momento da oposição venezuelana e, para muitos, a última eleição competitiva na Venezuela. Os partidos do bloco “Outros partidos” não obtiveram assentos na Assembleia, e dentro da aliança do GPP, além do PSUV somente o PCV e a Vanguardia Bolivariana Republicana (VBR) obtiveram assentos na Assembleia (2 e 1, respectivamente).

**Quadro 1 - Partidos Políticos por Alianças Políticas Eleitorais em 2015**

<b>Membros da Aliança de Oposição MUD</b>	<b>Membros da Aliança GPP</b>	<b>Outros partidos</b>
Primero Justicia (PJ)	PSUV	MIN-UNIDAD
Voluntad Popular (VP)	PCV	Movimiento al Socialismo (MAS)
Acción Democrática (AD)	TUPAMARO	OPINA
Un Nuevo Tiempo (UNT)	PPT	Bandera Roja
Avanzada Progresista (AP)	PODEMOS	MOVEV
Vente Venezuela (VV)	REDES	Movimiento Laborista
COPEI	MEP	URD
Causa R	UPV	EL
Alianza Bravo Pueblo (ABP)	VBR	Unidad DR
Proyecto Venezuela	CRV	NOS
MPV	IPCM	PDUPL
Cuentas Claras	NCR	SI

MOVERSE	PSOEV	UDEMOM
UNPARVE	PRT	VP
Convergencia	PIEDRA	OPG
Fuerza Liberal	ORA	CONCIENCIA
Gente Emergente	APC	PSL
Fuerza Ciudadana		Marea Socialista
PUENTE		MOPIVENE
Progreso		JUAN BIMBA
CONDE		Poder Laboral
UVV		JOVEN
UNOE		PSOEV
MABS		NUVIPA

**Fonte:** Elaboração própria com dados do CNE (2021).

Evidentemente, nem todos esses partidos têm peso eleitoral real ou capacidade competitiva. Também é importante mencionar que vários partidos classificados em “Outros” para 2015 fizeram parte da aliança de oposição em algum momento, mas uma série de intervenções judiciais arbitrárias levou à sua desincorporação (El Impulso, 2014; Pardo, 2015). Isso nos leva ao próximo ponto, a gestão do ambiente político-institucional pela coalizão governante na Venezuela.

Como mencionado na introdução, o ambiente eleitoral venezuelano é caracterizado por um desequilíbrio significativo de poder. Segundo Corrales (2020), é possível identificar pelo menos 117 irregularidades em um período de vinte anos de eleições (1999 - 2019); as quais tiveram o objetivo de ajudar o governo a obter uma vantagem eleitoral (Corrales, 2020, p. 52). Os partidos políticos venezuelanos têm que operar em um ambiente altamente desfavorável para o exercício de suas funções desde a chegada de Chávez ao poder. Essa situação é o resultado de que os partidos políticos foram amplamente responsabilizados pela crise econômica e social da Venezuela entre os anos oitenta e os noventa, e eram percebidos como profundamente corruptos. Portanto, o governo Chávez assumiu a tarefa de eliminar a “partidocracia” e substituir a democracia representativa, na qual os partidos desempenharam um papel muito importante na representação dos interesses dos cidadãos, por uma democracia participativa. Como aponta Kornblith (2007).

[...] o deslocamento da democracia representativa pela chamada democracia participativa resultou em novas regras e instituições, tais como a proibição do financiamento público da atividade partidária; a eliminação da menção dos partidos políticos na Constituição, que são chamados de “associações para fins políticos”, juntamente com a minimização de sua importância como canais legítimos para a articulação e representação de interesses, reforçada pela possibilidade de nomeação de candidatos por iniciativa própria (Kornblith, 2007, p. 111, tradução nossa).

Portanto, como em outros regimes eleitorais autoritários (Arriola; Devaro; Meng, 2021), os partidos venezuelanos têm que superar sérias restrições orçamentárias. Desde a elaboração da Constituição de 1998, os partidos não recebem financiamento do Estado venezuelano e estão sujeitos a uma supervisão arbitrária sobre suas formas privadas de financiamento. Mais grave ainda, o governo vem intervindo sistematicamente, através dos tribunais venezuelanos, em partidos da oposição e inclusive em partidos aliados que têm sido críticos, como PODEMOS e PPT em 2012 (Martínez, 2020; Acceso a la Justicia, 2020; Coscojuela, 2020; Quintero; Carrillo, 2021). Através de várias medidas judiciais os tribunais substituem os diretórios dos partidos políticos para diretorias de caráter mais colaborativo que ora se uniram abertamente às forças eleitorais do *Gran Polo Patriótico*, ora criaram alianças concorrendo pelo mesmo espaço que a oposição organizada na aliança MUD.

Em resumo, a coalizão governamental tem usado várias estratégias para minar os partidos políticos da oposição, no entanto, seus esforços estão concentrados em dividir a oposição através da cooptação judicial e política de partidos de oposição. Os políticos que aceitam colaborar com o governo, assumindo a chefia dos partidos sob intervenção judicial, são percebidos como traidores pela oposição tradicional (ou seja, a MUD). Os representantes políticos dessa nova oposição “colaborativa” têm sido popularmente chamados de “*alacranes*”. O surgimento dessa nova oposição teve dois efeitos paralelos. Por um lado, tornou a coordenação da oposição mais difícil devido à desconfiança mútua que existe entre líderes políticos e, ao mesmo tempo, desencoraja os eleitores de participar das eleições, pois eles não confiam na integridade dos representantes políticos. O resultado esperado é a abstenção e dispersão do voto da oposição e, conseqüentemente, a vitória dos representantes do partido governista (PSUV) apesar da perda de competitividade eleitoral.

Essa nova oposição também aparece em um contexto de alta tensão política, posterior à vitória parlamentar da oposição no final de 2015 e a crise gerada pela perda de controle sobre o Legislativo (Corrales, 2020). Após o evento, o governo de Maduro aumentou a pressão e aprofundou as irregularidades na arena eleitoral. De fato, o governo substituiu as funções da Assembleia Nacional convocando uma Assembleia Nacional Constituinte, que não gerou nenhuma mudança na Constituição (que seria sua função principal), mas elaborou leis mais repressivas (como a “Lei contra o ódio, pela coexistência pacífica e pela tolerância”) e retirou a imunidade parlamentar dos deputados anti-Maduro (Sardiña, 2019).

Esses ambientes altamente repressivos são propícios ao surgimento de grupos de oposição cooptados e colaborativos.

Sob tais circunstâncias, se a alternância no poder for difícil para a oposição - mesmo quando a oposição unida - os políticos podem optar por dirigir seus esforços para negociar sua cooptação individual em vez de construir uma coalizão eleitoral de oposição (Arriola; Devaro; Meng., 2021, p. 1360, tradução nossa).

#### 4.1 Antecedentes da eleição de governadores na Venezuela

Em um contexto de alta polarização e repressão como o descrito anteriormente ocorreu o evento conhecido como “Operación Alacrán”. Com esse nome, a imprensa na Venezuela (TalCual, 2020; Efecto Cocuyo, 2019) chamou um complô de corrupção envolvendo uma facção de deputados pertencentes à oposição. Segundo a mídia, o objetivo da conspiração era evitar que Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional, fosse reeleito para a próxima legislatura que ocorreria em 5 de janeiro de 2020.

Segundo a Transparência Venezuela (2020), um grupo de deputados da bancada da oposição foi contatado por agentes do governo que lhes ofereceu subornos e/ou os ameaçou para votarem contra ou não comparecerem ao plenário da Assembleia no dia da ratificação do Guaidó. Os contatos foram feitos em meados de dezembro de 2019 e, de acordo com alguns dos deputados contatados, foram oferecidos até dois milhões de dólares para a cooperação com o governo. Alguns realmente o fizeram e foram expulsos de seus partidos políticos.

Além disso, o governo de Maduro aprofundou a tática de intervenção dos grupos políticos através dos tribunais. No início de 2018, o cartão eleitoral do MUD foi desqualificado por decisão do Tribunal Supremo de Justiça, o que impediu seu uso para as eleições presidenciais (e só foi habilitado novamente em 2020). Posteriormente, o Tribunal Supremo de Justiça emitiu as decisões nº 71, 72 e 77, através das quais desqualificou os diretórios de AD, PJ e VP (como mencionado acima, três dos mais importantes partidos da oposição), e concedeu a sigla e o uso dos símbolos a conselhos administrativos *ad hoc*, compostos por deputados envolvidos na “Operación Alacrán”. Os partidos MIN - UNIDAD e COPEI também haviam sido anteriormente desqualificados, de fato, de acordo com um comunicado de imprensa da ONG venezuelana Acceso a la Justicia “Dos 67 partidos que existiam em dezembro de 2015, apenas 17 organizações políticas nacionais (12 pró-governamentais e 5 anti-Chavismo) permanecerão de pé até abril de 2018” (tradução nossa, Acceso a la Justicia, 2020).

As mudanças na arena eleitoral levaram os principais partidos da oposição (o G4 acima mencionado) a se absterem nas eleições seguintes. Entre 2018 e 2020, a oposição deixou de se candidatar como partido unificado nas eleições municipais (2018), presidenciais (2018) e parlamentares (2020). Isso incentivou alguns dos partidos minoritários a romperem com a aliança e tentarem a sorte competindo contra o PSUV. O partido mais importante foi Avanzada Progresista, que liderou a composição de uma nova plataforma conhecida, primeiro, como *Concertación por el Cambio* (2018), e depois como *Alianza Democrática* (2020). Esta nova coalizão foi vista com suspeita pelos membros da MUD por três razões. Primeiro, porque sua participação nas eleições enfraquecia a estratégia da oposição de deslegitimar as eleições organizadas pelo governo Maduro. Segundo, porque os líderes dessa nova aliança reconheceram Maduro publicamente como presidente (ao contrário da MUD, que considerava o Guaidó como o presidente encarregado do país). Finalmente, porque essa nova aliança contou com a participação dos partidos sob intervenção pelo TSJ. Especialmente notório

foi o registro da AD, PJ e VP nessa aliança, enquanto seus líderes mais relevantes permaneceram com a MUD.

Apesar desse panorama difícil, os líderes e partidos da aliança MUD decidiram participar das eleições regionais de 21 de novembro de 2021, nas quais foram eleitos os governadores e prefeitos do país. Como haviam passado mais de três anos sem atividade eleitoral, muitos analistas aguardavam os resultados das eleições para conhecer o estado da capacidade de mobilização de ambas as forças políticas. As eleições regionais também poderiam fornecer dados relevantes para os atores políticos em vista das próximas eleições (presidenciais em 2024).

## 5 Resultados

Um elemento relevante para a avaliação dos resultados das eleições de governadores é que, apesar de algumas aproximações preliminares, as duas alianças opostas ao governo (MUD e Alianza Democrática) não conseguiram chegar a um acordo sobre os candidatos a governador (embora em nível de prefeito os resultados das conversações tenham sido mistos). Em muitos casos, a desconfiança mútua tornou impossível a aproximação.

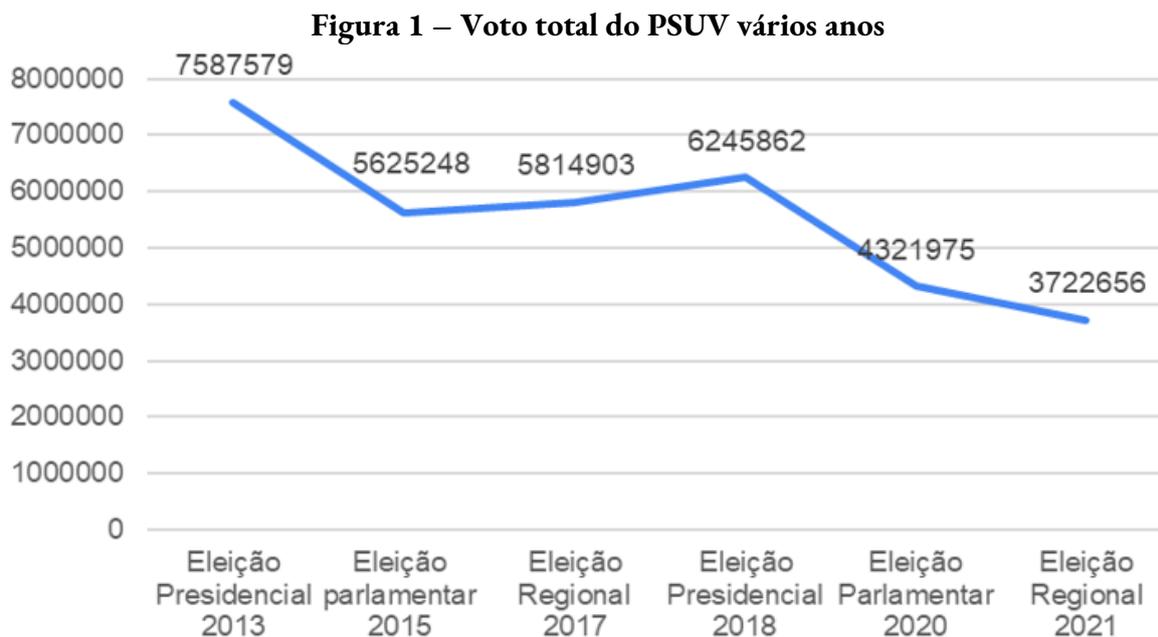
236 A contagem final publicada pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE)<sup>6</sup> mostra claramente a vitória do governo venezuelano (PSUV), que ganhou 19 dos 23 cargos de governador (CNE, 2021). A vitória esmagadora da coalizão governamental é um sinal relevante do sucesso de sua estratégia, especialmente quando se leva em consideração o nível de desgaste de sua base eleitoral após anos de crise econômica no país.

Entretanto, ao somar os votos totais das alianças de oposição que concorreram separadamente, estas obtiveram 4.591.012 votos, enquanto os apoiadores de Maduro obtiveram 4.053.073. No total, a plataforma GPP obteve 45,7% dos votos, enquanto os demais partidos acumularam 54,3% em uma eleição com 58% de abstenção (Singer, 2021). Na verdade, essas são as eleições regionais com a maior taxa de abstenção em 25 anos. Além disso, os totais de votos mostram que, se a oposição se unisse, teria ganhado muito mais cargos de governador e prefeitos do que realmente teve.

Inclusive, como se pode observar no gráfico 1, o voto total do PSUV tem caído fortemente desde 2013. Embora nas eleições de governadores acostumam ter maior abstenção, quando comparadas com eleições similares, a perda de votos é evidente. Segundo os dados fornecidos pelo CNE, a eleição de governadores de 2021 é a eleição do período de Maduro com menor votação em termos de população total para o PSUV, o que evidência a perda geral de apoio na população (Cantor, 2021).

---

<sup>6</sup> Órgão encarregado pela constituição de organizar as eleições e apresentar resultados na Venezuela.

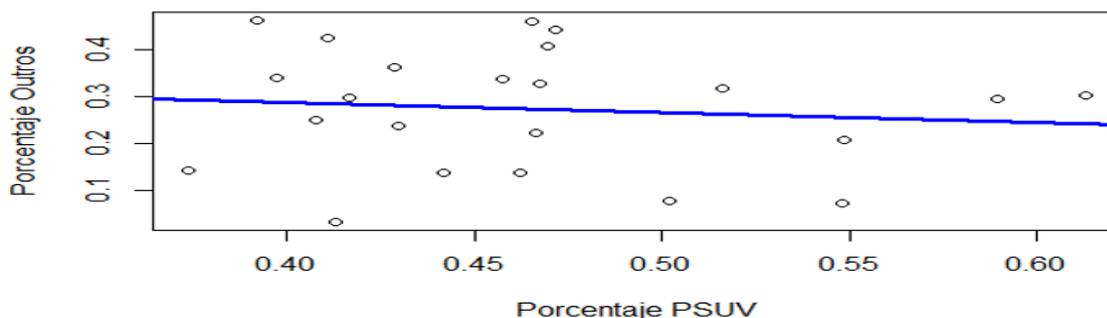


**Fonte:** Elaboração própria com dado do CNE (2021).

237 Como comentado anteriormente, as eleições regionais geralmente atraem menos pessoas (em parte, em decorrência de que o voto na Venezuela não é obrigatório), no entanto, é surpreendente perceber que desde a última eleição de governadores em 2017 o partido de governo perdeu mais de 2 milhões de votos, e ainda assim conseguiu manter o controle sobre a grande maioria das governações.

Para entender o efeito da estratégia eleitoral do governo sobre o campo da oposição decidimos olhar a relação entre o voto dos blocos mais importantes (MUD e PSUV) comparada com a opção “Outros”, onde colocamos a oposição cooptada. A ideia é saber como os “Outros” concorrentes afetam a porcentagem do voto recebido tanto pela MUD quanto pelo PSUV. Seria natural esperar que a concorrência tivesse um efeito similar em ambos os dois grupos. Mas, como pode ser visto no gráfico a seguir, não há correlação entre a porcentagem de votos obtidos pelo PSUV e os votos obtidos por “Outros”. Isto significa que a porcentagem de votos obtidos pelo PSUV não é afetada pela existência de outros concorrentes.

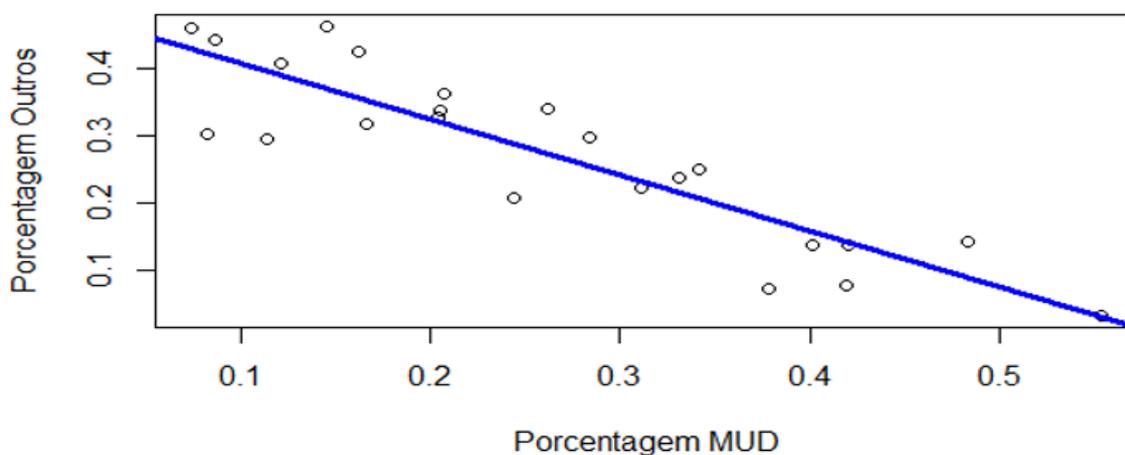
**Figura 2 – Relação entre Porcentagem de Votos PSUV vs Outros Candidatos**



**Fonte:** Elaboração própria com dados do CNE (2021).

Por outro lado, no gráfico seguinte, pode-se observar uma relação significativa e negativa entre a porcentagem obtida pelo bloco da MUD e a opção “Outros”. Isso reforça o visto anteriormente, enquanto para o PSUV os outros partidos não têm impacto em seu voto final, para o bloco MUD a existência de outros grupos políticos subtrai uma parte proporcional do eleitorado.

**Figura 3 – Relação entre Porcentagem de Votos MUD vs Outros Candidatos**

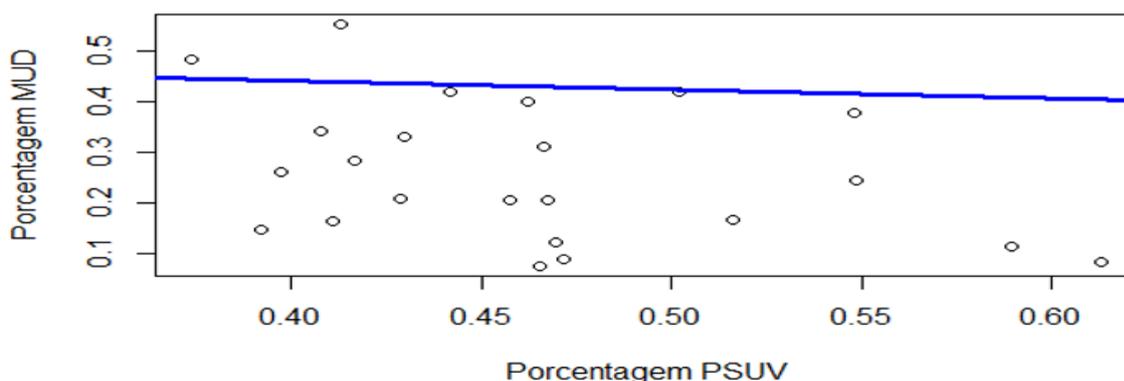


238

**Fonte:** Elaboração própria com dados do CNE (2021).

Como pode ser visto na figura acima, a variável de participação nos votos se ajusta muito bem à linha traçada. Isso significa que as variáveis se comportam de forma muito semelhante ao que o modelo preveria se houvesse uma relação perfeitamente negativa entre as duas. Esse resultado gráfico mostra a enorme eficácia da estratégia desenvolvida por Maduro para dividir a oposição, o que tira votos essenciais para vencer as disputas eleitorais. Esta relação proporcional e negativa apenas existe entre a MUD e os Outros, porque como mostra a Figura 4 não há relação entre a porcentagem de votos obtidos pelo MUD e a porcentagem de votos obtidos pelo PSUV.

**Figura 4 – Relação entre porcentagem votos PSUV vs MUD**



**Fonte:** Elaboração própria com dados do CNE (2021).

Em definitiva, o universo de votantes do PSUV existe de forma independente de outros concorrentes seja a oposição tradicional (MUD) ou a oposição acusada de ser cooptada. Porém, o voto da MUD é fortemente afetado pela existência do novo grupo que, como vimos, é o resultado da estratégia de cooptação do incumbente, estratégia bem-sucedida em gerar um ambiente de desconfiança que impede a negociação entre os contendentes, fragmenta seu apoio nas urnas e inclusive estimula a abstenção da população.

É importante observar que, há anos, a coalizão governamental vem perdendo competitividade eleitoral. Diferentemente da época de Chávez, Maduro não consegue mobilizar a população e parece perder eleitores a cada votação. Portanto, a criação de uma oposição cooptada ou supostamente cooptada é uma estratégia vital para manter o controle das instituições de representação popular na Venezuela. Essa estratégia corresponde ao tipo de regime de autoritarismo eleitoral estabelecido no país, em que as eleições são realizadas para legitimar um presidente que não compete de fato em eleições livres e justas com a oposição.

## 6 Resultados

239 O atual regime venezuelano se encaixa perfeitamente na categoria das chamadas autocracias eleitorais (Schedler, 2016). Como uma delas, a coalizão governamental tem o dilema de manter a arena eleitoral aberta para buscar legitimação e ao mesmo tempo manipulá-la para evitar resultados desfavoráveis que poderiam levar ao seu deslocamento do poder. Embora durante distintos períodos a coalizão governante tenha usado métodos diferentes para alcançar este objetivo, nos últimos anos a cooptação dos opositores ganhou importância como mecanismo para dividir a oposição.

Desde 2019, essa estratégia baseou-se em incentivar a um grupo de opositores a criar uma aliança paralela com partidos sob intervenção pelo Tribunal Supremo de Justiça. Esses partidos eram o núcleo da aliança opositora (o "G4") e foram entregues a pessoas envolvidas em negócios de corrupção com o governo Maduro. O governo Maduro não tem conseguido evitar a perda total de votos e apoiadores, no entanto, graças a existência dessas divisões entre grupos de oposição, pode continuar ganhando eleições.

De modo geral, o artigo analisou os resultados eleitorais da eleição de governadores de 2021, que é a primeira em que o bloco de oposição (MUD) participou desde 2018, a fim de identificar o efeito que a estratégia de divisão teve na arena eleitoral venezuelana. Como explicado, essa não é uma estratégia nova, pelo contrário, faz parte do repertório típico dos regimes autoritários eleitorais. No entanto, nos últimos tempos tem ganhado um maior interesse na literatura da ciência política. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi acrescentar dados de interesse sobre o efeito dessa estratégia em regimes eleitorais autoritários, utilizando o caso da Venezuela.

A conclusão mais importante é que, com efeito, a estratégia do governo Maduro para dividir e subtrair votos da oposição mostra-se efetiva. Como é possível observar, existe uma relação negativa

significativa entre a existência de “outros” candidatos e a perda porcentual votos que afeta exclusivamente à oposição, em outras palavras, para cada voto recebido por “outros candidatos” exclusivamente, o bloco da oposição perde votos. Portanto, enquanto a coalizão governamental é capaz de manter a unidade de seus votos, ao mesmo tempo consegue gerar a dispersão do voto da oposição. O presente estudo é um exemplo relevante dos efeitos eleitorais da cooptação da oposição em um dos casos mais reconhecidos de autoritarismo eleitoral na América Latina.

## 7 Referências

AN publica nombres de diputados involucrados en <<operación alacrán>> . **Efecto Cocuyo**, 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/politica/an-publica-nombres-de-diputados-involucrados-en-operacion-alacran/>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ARRIOLA, L.; DEVARO, J.; MENG, A. Democratic Subversion: Elite Cooptation and Opposition Fragmentation. **American Political Science Review**, v. 115, n. 4, p. 1358-1372 2021. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/democratic-subversion-elite-cooptation-and-opposition-fragmentation/24CA64BE0EFA4601D00AFC899CBAF044>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

BANDERA Roja abandona la MUD. **El Impulso**, 7 set. 2014. Disponível em: <https://www.elimpulso.com/2014/09/07/bandera-roja-abandona-la-mud/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

CANTOR, F. La base sólida del chavismo se reduce sin que la oposición logre sacar rédito. **El País**, 25 nov. 2021. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2021-11-26/la-base-solida-del-chavismo-se-reduce-sin-que-la-oposicion-logre-sacar-redito.html?ssm=TW\\_CC](https://elpais.com/internacional/2021-11-26/la-base-solida-del-chavismo-se-reduce-sin-que-la-oposicion-logre-sacar-redito.html?ssm=TW_CC)>. Acesso em: 02 jan. 2022.

CNE<sup>7</sup> emite segundo reporte de resultados de las Elecciones Regionales y Municipales 2021. **CNE**, 22 nov. 2021. Disponível em: <[http://www.cne.gob.ve/web/sala\\_prensa/noticia\\_detallada.php?id=4088](http://www.cne.gob.ve/web/sala_prensa/noticia_detallada.php?id=4088)>. Acesso em: 08 dez. 2023.

---

<sup>7</sup> Desde o dia 28 de julho de 2024, data das eleições presidenciais na Venezuela, o site do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) está fora do ar. As autoridades alegam que o motivo é um "hackeo brutal" proveniente da Macedônia do Norte. Até a data de 07 de agosto de 2024, ainda não há previsão de quando o site voltará a funcionar, o que pode resultar na indisponibilidade dos links relacionados ao CNE neste artigo.

CNE. CNE, 2021. Elección Regional de Gobernadores. Disponível em: <<https://www.cne.gob.ve/>>. Acesso em: 08 de dez. 2023.

CORRALES, J. **Autocracy Rising**: How Venezuela transitioned to Authoritarianism. Washington DC: Brookings Institutions Press, 2022.

CORRALES, J. Democratic backsliding through electoral irregularities: The case of Venezuela. **European Review of Latin America and Caribbean Studies**, v. ano 2023, n. 109, p. 41-65, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26936902>>. Acesso: 01 ago. 2022.

CORRALES, J. The Authoritarian Resurgence: Autocratic legalism in Venezuela. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 2, p. 37-51, 2015. Disponível em: <<https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-authoritarian-resurgence-autocratic-legalism-in-venezuela/>>. Acesso: 01 de ago. 2022.

COSCOJUELA, S. TSJ se convierte em el verdugo de los partidos políticos. **Runrunes**, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://runrun.es/rr-es-plus/411498/tsj-se-convierte-en-el-verdugo-de-los-partidos-politicos/>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

241

GANATIOS, L. Calidad de la democracia en Venezuela. **Clío América**, v. 4, n. 8, p. 234-251, 2010.

GANDHI, J.; PRZEWORSKI, A. Cooperation, cooptation and rebellion under Dictatorship. **Economics & Politics**, v. 18, n. 1, p. 1-26, 2006. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/4989931\\_Cooperation\\_Cooptation\\_and\\_Rebellion\\_under\\_Dictatorship](https://www.researchgate.net/publication/4989931_Cooperation_Cooptation_and_Rebellion_under_Dictatorship)>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GANDHI, J. **Political institutions under Dictatorship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GANDHI, J. Elections and Political Regimes. **Government and Opposition**, v. 50, n. 3, p. 446-468, 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26349775>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GERSCHEWSKI, J. The three pillars of stability: legitimation, repression, and co-optation in autocratic regimes. **Democratization**, v. 20, n. 1, p. 13-38, 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/263345225\\_The\\_three\\_pillars\\_of\\_stability\\_Legitimation\\_on\\_repression\\_and\\_co-optation\\_in\\_autocratic\\_regimes](https://www.researchgate.net/publication/263345225_The_three_pillars_of_stability_Legitimation_on_repression_and_co-optation_in_autocratic_regimes)>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GÓMEZ, P. Comportamiento electoral en Venezuela: el caso de la Mesa de la Unidad Democrática (MUD). **Teoría e Cultura**, v. 14, n. 1, p. 138-152, 2019. Disponível em:

<<https://periodicos.ufff.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/26185>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

HERNÁNDEZ, J. **Bases fundamentales de la transición en Venezuela**: el reconocimiento del Presidente de la Asamblea Nacional como Presidente encargado de Venezuela. Caracas: Editorial Jurídica Venezolana, 2020.

JIMÉNEZ, M. Contesting Autocracy: Repression and Opposition Coordination in Venezuela. **Political Studies**, v. 7, n. 1, p. 47-68, 2021. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032321721999975>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

KAVASOGLU, B. Opposition parties and Elite Co-optation in Electoral Autocracies. **V-Dem Workin Paper**, v. 120, 2021. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3841392](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3841392)>. Acesso em: 04 fev. 2022.

KORNBLITH, M. Venezuela: calidad de las elecciones y calidad de la democracia. **América Latina Hoy**, v. 45, p. 109-124, 2007. Disponível em: <<https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/2435/2484>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

242

LEÓN-GANATIOS, L. Calidad de la democracia en Venezuela. **Clío América**, v. 4, n. 8, p. 234-251, 2010. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5114761.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LEVINE, D.; MOLINA, J. Calidad de la democracia en Venezuela. **América Latina Hoy**, v. 62, p. 157-175, 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/348533436\\_Calidad\\_de\\_la\\_democracia\\_en\\_Venezue](https://www.researchgate.net/publication/348533436_Calidad_de_la_democracia_en_Venezue)>. Acesso em: 01 ago. 2024.

LEVITSKY, S.; WAY, L. **Competitive Authoritarianism**: Hybrid Regimes after the Cold War. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar. Edição Kindle, 2018.

LUGO, H. Sectarismo del PSUV trajo roncha: 24 grupos hacen alianza contra 'entreguistas'. **Crónica Uno**, 22 abr. 2016. Disponível em: <<https://cronica.uno/sectarismo-del-psuv-trajo-roncha-24-grupos-hacen-alianza-entreguistas/>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MARTÍNEZ, E. El TSJ alteró la directiva de siete partidos de oposición. **Efecto Cocuyo**, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://efectococuyo.com/cocuyo-chequea/tsj-cambiado-directiva-siete-partidos-oposicion/>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

MCADAM, D., TARROW, S., Tilly, C. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MEZA, A. ¿Quiénes forman en Venezuela la Mesa de Unidad?. **El País**, 07 dez. 2015. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2015/12/07/actualidad/1449484635\\_471219.html](https://elpais.com/internacional/2015/12/07/actualidad/1449484635_471219.html)>. Acesso em: 08 de dez. 2023.

MILLONES de dólares em efectivo les ofrecieron a los diputados con la operación alacrán. **Transparencia Venezuela**, 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://transparencia.org.ve/millones-de-dolares-en-efectivo-les-ofrecieron-a-los-diputados-con-la-operacion-alacran/>> . Acesso em: 02 fev. 2022.

PARDO, D. Venezuela: MIN- Unidad, el partido que no se sabe si es chavista u opositor. **BBC Mundo**, 5 nov. 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/11/151105\\_venezuela\\_elecciones\\_minunidad\\_dp](https://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/11/151105_venezuela_elecciones_minunidad_dp)>. Acesso em: 02 jan. 2022.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e mercado**: No Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

QUINTERO, L.; CARRILLO, J. L. Intervención judicial de partidos afecta más al G4 si quiere ir a elecciones. **Tal Cual**, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://talcualdigital.com/intervencion-judicial-de-partidos-afecta-mas-al-g4-si-quiere-ir-a-elecciones/>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

QUINTERO, L. Régimen desembolsó más de 50 millones de euros por la «operación Alacrán». **TalCual**. 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://talcualdigital.com/regimen-desembolso-mas-de-50-millones-de-euros-por-la-operacion-alacran/>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SARDIÑA, M. Venezuela: el oficialismo retira la inmunidad de cuatro parlamentarios opositores. **França 24**, 17 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.france24.com/es/20191217-venezuela-el-oficialismo-retira-la-inmunidad-a-cuatro-parlamentarios-opositores>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

SELZNICK, P. Foundations of the Theory of Organizations. **American Sociological Review**, v. 13, n. 1, p. 25-35, 1948. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2086752>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SINGER, F. El chavismo exhibe poco músculo en las elecciones primarias del PSUV en Venezuela. **El País**, 10 ago. 2021. Disponível em: <<https://elpais.com/internacional/2021-08-10/el-chavismo-exhibe-poco-musculo-en-las-elecciones-primarias-del-psuv-en-venezuela.html>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SCHEDLER, A. **La política de la incertidumbre en los regímenes electorales autoritarios**. Cidade do México: FCE-CIDE, 2016.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TSJ expropia a AD, PJ y VP con una «oposición» a la medida de Maduro. **Acceso a la Justicia**, 10 jul. 2020. Disponível em: <<https://accesoalajusticia.org/tsj-expropia-a-ad-pj-y-vp-con-una-oposicion-a-la-medida-de-maduro/>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

244

WOLKENSTEIN, F. What is democratic backsliding?. **Constellations**, v. 30, n. 3, p. 215-367, 2022. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8675.12627>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

WALDNER, D.; LUST, E. Unwelcome Change: Coming to Terms with Democratic Backsliding. **Annual Review of Political Science**, v. 21, n. 1, p. 93-113, 2018. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-polisci-050517-114628>>. Acesso em: 01 ago. 2024.

WINTROBE, R. **The Political Economy of Dictatorship**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

## *The "Scorpion" Opposition: co-optation and Fragmentation of the Venezuelan Opposition in the Gubernatorial Election (2021)*

**ABSTRACT:** The aim of this article is to examine the strategies of co-optation and fragmentation employed by the government of Venezuelan President Nicolás Maduro against the Venezuelan opposition, and to assess their electoral impacts. While co-optation is not a novel tactic and is characteristic of electoral authoritarian regimes like Venezuela, it has gained prominence in that country in recent years due to the emergence of a faction of co-opted opposition, colloquially known as "alacranes" (scorpions). The involvement of this co-opted opposition provides insights into how the Venezuelan government, despite its low popularity ratings, manages to secure electoral victories. This study analyzes the 2021 gubernatorial elections in Venezuela to investigate the electoral effects of the co-opted opposition. The findings reveal a statistically significant correlation between the decline in votes for the traditional opposition (referred to as MUD) and the presence of the co-opted opposition ("scorpions").

**KEYWORDS:** Co-optation, Venezuela, Electoral authoritarianism.

245

## *La oposición "alacrán": cooptación y fragmentación de la oposición venezolana en las elecciones de gobernadores (2021)*

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo es analizar la estrategia de cooptación y fragmentación de la oposición venezolana llevada a cabo por el gobierno del presidente venezolano Nicolás Maduro, así como sus efectos electorales. Aunque la cooptación no es una estrategia nueva e incluso es típica de autoritarismos electorales como el venezolano, ha cobrado relevancia en los últimos años debido a la aparición de un grupo de opositores cooptados, conocidos popularmente como "alacranes". El papel de esta oposición cooptada ayuda a explicar cómo el gobierno venezolano, a pesar de sus bajos índices de popularidad, es capaz de ganar las elecciones en el país. Para estudiar el efecto electoral de la oposición cooptada, este trabajo analiza estadísticamente las elecciones a gobernadores de 2021 en Venezuela. La conclusión del análisis es que existe una correlación estadísticamente significativa entre la pérdida de votos de la oposición tradicional (llamada MUD) y la presencia de la oposición cooptada (los "escorpiones").

**PALABRAS CLAVE:** Cooptación; Venezuela; Autoritarismo electoral.